

Pensar a Paz*

Diogo Pires Aurélio

Presidente da Comissão Nacional da UNESCO

* Intervenção proferida no âmbito do Colóquio “Prevenção de Conflitos e Cultura da Paz”, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, Julho 2000.

As minhas primeiras palavras, nesta sessão de abertura do seminário sobre *Segurança Internacional, prevenção de conflitos e cultura da paz*, são de agradecimento ao Instituto da Defesa Nacional pela forma generosa e empenhada com que acolheu a iniciativa, chamando-a ao seu plano de actividades e participando, quer de direito, quer de facto, na sua realização.

Não o digo por simples formalidade, ou apenas para agradecer publicamente a disponibilidade, a experiência e o saber que nos reservou o Instituto, na pessoa do Doutor Nuno Severiano Teixeira, até há pouco seu director, e bem assim do Major-General Américo Simões Gaspar, actual responsável, que nos acompanhou na última fase de preparação do seminário. Estou-lhes, obviamente, reconhecido, e é justo sublinhá-lo neste momento. Quero, no entanto, acreditar que esta primeira acção conjunta entre as duas instituições – o Instituto da Defesa Nacional e a Comissão Nacional da UNESCO – que eu desejava que se pudesse prolongar em outras de igual interesse, será também o reflexo de um novo modo de encarar as matérias que vamos discutir.

Por parte da UNESCO, o seminário confirma a certeza – nunca por demais reiterada – de que as questões da paz não se diluem nem esgotam em simples proclamações de boa vontade, da mesma forma que não se resolvem sem o empenho dos vários agentes – militares, diplomáticos, económicos e outros – a quem a sociedade reserva tarefas específicas de persuasão ou negociação, tarefas estas em que assenta a eternamente frágil convivência entre os povos. Pela parte dos estudos sobre a Defesa, significará, estou certo, a convicção cada vez mais arraigada nos seus responsáveis de que a segurança e a estabilidade internacional dependem em boa parte de múltiplos problemas de carácter não militar, em especial os que se ligam com o desenvolvimento económico e social, a miséria e a exclusão, a discriminação e as violações dos direitos humanos, a degradação do meio ambiente e a escassez de água e de outros recursos naturais.

A ideia que norteia este seminário é conhecida. Na sequência da proclamação pela ONU, em Novembro de 1997, do ano 2000 como Ano Internacional da Cultura da Paz; na sequência também do apelo feito, o ano passado, pelo então director-geral da UNESCO a todos os Estados-membros para que promovessem acções destinadas a uma maior consciencialização das raízes culturais que estão na base dos conflitos armados, a Comissão Nacional da UNESCO estabeleceu contactos com

várias entidades, designadamente o Instituto da Defesa Nacional, tendo em vista a realização de um programa a que se apontaram três objectivos prioritários: *Pensar a paz, educar para a paz e sensibilizar para a paz*. A reflexão e os debates que vamos iniciar enquadram-se precisamente no primeiro destes objectivos.

Pensar a paz apareceu-nos, desde o primeiro momento, como uma condição essencial para que estas e outras acções não se acomodem num pacifismo sem consistência e, por isso mesmo, tantas vezes à mercê de manifestações e utilizações que são o exacto oposto do que apregoam os seus mentores.

Pensar a paz, todavia, é também uma condição para que a sociedade aceite como responsabilidade sua, e não apenas como responsabilidade delegada às instituições políticas e militares, a prevenção dos conflitos e a procura de instrumentos jurídicos e plataformas de relacionamento sócio-económico que inibam o recurso à violência organizada, infelizmente o mais comum de todos os recursos sempre que há diferendos, não obstante os elevados custos que acarreta em vidas humanas e bens essenciais.

É sabido que os estudos de estratégia contemplam desde há muito essa variável essencial que é a maior ou menor implicação dos cidadãos naquilo a que passou a chamar-se a defesa geral. Já um autor tão pouco dado ao pacifismo como Clausewitz escrevia no seu clássico *Von Kriege*:

“No século XVIII, no tempo das guerras da Silésia, a guerra era ainda um mero assunto do gabinete governamental, em que o povo só participava como instrumento cego. Porém, no início do século XIX, os povos de ambos os lados da barricada começaram a pesar na balança”.

De Clausewitz até aos nossos dias o peso dos povos na balança da guerra não parou de aumentar. Porém, a comparticipação dos cidadãos de que hoje tanto se fala já não é de natureza estritamente estratégica. Em primeiro lugar, porque o conceito e os modos de exercício da cidadania estão a mudar radicalmente, arrastando consigo, ou exigindo mesmo, uma atitude diferente por parte dos dirigentes políticos. A necessidade de informação alargou-se, as decisões vão sendo cada vez mais condicionadas por uma opinião pública nem sempre esclarecida e, consequentemente, todo o edifício erguido sobre o mecanismo da representação, no interior do qual se desenvolveu a história política dos

últimos três séculos, é hoje objecto de interrogações e críticas mais diversas.

Em segundo lugar, os Estados soberanos, que foram até aqui os principais actores das negociações de paz e da construção de equilíbrios, começam eles próprios a ter de repensar o seu raio de acção e o seu papel num mundo globalizado económica, social e culturalmente. A soberania, com efeito, tornou-se alvo de possíveis transferências ou alienações que têm, por vezes, no horizonte autênticas fusões, através dos movimentos de sentido federativo a que estamos a assistir. Alguns poderão pensar, lembrando-se do papel que coube em tempos aos Estados-nações como propulsores de conflitos, que uma hipotética integração a nível do planeta seria o fim das guerras da história atribulada a que assistimos ainda no século XX. Estão, no entanto, por conhecer os modos de organização política que hão-de vir render aqueles cuja insuficiência já estamos a apontar. E, sobretudo, continuam em grande parte imprevisíveis os tipos de conflitualidade que a futura ordem internacional, a par dos vertiginosos avanços da ciência e da tecnologia, nos pode reservar para muito em breve.

O cenário em que se inscreve este debate é, pois, muito vasto e não é minha intenção, nem estaria ao meu alcance, antecipar-me à reflexão que vai seguir-se, muito menos orientá-la seja em que sentido for, tão diversificado e complexo é ainda o caminho a trilhar neste domínio.

Quero apenas, em nome da Comissão Nacional da UNESCO, agradecer de novo aos presentes o terem aceite o nosso convite, aderindo e dando corpo à ideia de juntar investigadores e altos responsáveis nas áreas em debate, todos eles reconhecidos especialistas, já da segurança, já da diplomacia, já das relações internacionais ou da educação na sua componente cívica. Estou certo de que semelhante leque de saberes, excelentemente aqui representado, poderá vir a convergir numa reflexão que é importante fazer, contribuindo, assim, para um mais aprofundado conhecimento dos problemas e desafios com que se defronta, hoje em dia, a cultura da paz.